

**REFLEXÕES SOBRE A LITERATURA INDÍGENA EM SALA DE AULA:
LEITURAS DE *COMO SURGIU: MITOS INDÍGENAS BRASILEIROS*, DE
DANIEL MUNDURUKU**

**REFLECTIONS ON INDIGENOUS LITERATURE IN THE CLASSROOM:
READINGS OF HOW IT CAME ABOUT: BRAZILIAN INDIGENOUS
MYTHS, BY DANIEL MUNDURUKU**

Thaís Borges Xavier de Sousa¹

Lyanna Costa Carvalho²

Neila Nunes de Souza³

Resumo: Este trabalho pretende refletir sobre a importância da leitura como uma ferramenta essencial na vida das pessoas, pois, por meio dela, pode-se obter um olhar crítico sobre determinados assuntos. A leitura de literatura fornece subsídios para debater, comparar, interpretar, conhecer o mundo ao nosso redor e nossa origem. O artigo tem como objetivo identificar como trabalhar a literatura indígena em sala de aula. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e a obra literária de Daniel Munduruku com seu livro *Como surgiu: mitos indígenas brasileiros*. O trabalho buscou analisar de que forma pode-se inserir a literatura indígena em sala de aula, na disciplina de Língua Portuguesa para alunos do 1º ano do ensino médio. No estudo foram elencadas alternativas de reconhecer a riqueza étnico-racial de nossa sociedade. Quando lemos uma obra indígena significa que nos posicionamos para abrir os olhos para saberes de povos tradicionais, decifrando códigos, com um alicerce de conhecimentos produzidos ao longo dos anos. Reconhecer o valor da literatura indígena indica desvendar novos conhecimentos e valores no campo da literatura brasileira.

Palavras-chave: Interculturalidade. Leitura. Literatura indígena. Sala de aula.

Abstract: This work intends to reflect on the importance of reading as an essential tool in people's lives in order to acquire subsidies to debate, compare, interpret, know the world around us. We aim to identify how to work with indigenous literature in the classroom. The methodology used was a bibliographical research and the literary work of Daniel Munduruku and his book: *Como surgiu: mitos indígenas brasileiros*. The work seeks to analyze how indigenous literature can be inserted in the classroom, in the Portuguese language discipline for students of the 1st year of high school. Working with the indigenous theme in the classroom is not easy, it is a broader and more complex issue, therefore, it will be suggested how to approach the indigenous theme in the school on a daily basis. The study lists alternatives to recognize the ethnic-racial plurality of our

¹ Docente na Rede Pública Estadual do Tocantins. Mestranda do PPGLetras, no Câmpus de Porto Nacional, na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

² Docente no Curso de Graduação em Letras e no PPGLetras, no Câmpus de Porto Nacional, na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

³ Docente no Curso de Graduação em Letras e no PPGLetras, no Câmpus de Porto Nacional, na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

society. Recognizing the value of indigenous literature means discovering new knowledge and values in the field of Brazilian literature.

Keywords: Interculturality. Reading. Indigenous Literature. Classroom.

Submetido em 27/05/2025

Aprovado em 18/12/2025

O fato é que uma nova prática da escrita está se tornando literatura. Essa prática, nomeadamente a produção de livros de autoria indígena, nas últimas décadas no Brasil, tem adquirido, com a conjugação de vários elementos, tal visibilidade, que chega a iluminar o passado e o futuro dos usos da linguagem, no meio em que ela acontece.

Maria Inês de Almeida

1. INTRODUÇÃO

Um dos instrumentos essenciais na formação escolar de crianças e adolescentes na educação básica é a literatura, devido a sua função desde o letramento até o reconhecimento da diversidade social, cultural, política, religiosa e econômica de uma sociedade exercida no espaço de sala de aula. No Brasil, país de diversidades étnicas, a literatura pode ser vista como um mecanismo de desconstrução de discriminação e preconceitos. Exemplo disso é a busca por inserir não só a literatura indígena em sala de aula, mas a africana também, considerando o que foi proposto na Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008 (que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003), que torna obrigatório o estudo da história e cultura dos povos africanos e indígenas em áreas de literatura, educação artística e história. Segundo Munduruku (2017), por meio da leitura da literatura indígena na sala de aula, o estudante começa o letramento literário para abranger as acepções das multimodalidades textuais existentes nos textos indígenas.

Durante muitos anos, conforme a tradição literária brasileira, o indígena foi ficcionalizado e descrito pelo olhar do colonizador, porém, atualmente, o indígena começa a registrar sua própria história por meio de representantes de etnias que empregam a literatura como ferramenta para divulgar os seus costumes (GRAÚNA, 2014). Considerando a importância da temática, inquietações se incluem primeiramente na seguinte questão: De que forma se pode ensinar a literatura indígena em sala de aula? A cultura e a história indígena necessitam ser narradas por quem é de fato pertencente a esses povos, como maneira de desconstruir estereótipos e mitos.

De acordo com Munduruku (2012), ocorreu uma demanda no mercado para livros e materiais escritos por autores indígenas a partir da Lei n. 11.645/2008, tanto por parte dos leitores como pelas editoras. Essa afirmação é corroborada por Olivio Jekupé (2015), que ressaltou o surgimento de mais livros escritos por indígenas nos anos 2000.

O trabalho se justifica pela importância da leitura como uma ferramenta essencial na vida das pessoas, pois, por meio dela, pode-se obter um olhar crítico sobre determinados assuntos, e, dessa forma, a leitura de literatura fornece subsídios para debater, comparar, interpretar, conhecer o mundo ao nosso redor e nossa origem. Há atualmente no Brasil uma crescente manifestação literária que representa o modo de vida, as culturas, os valores indígenas, indicando a importância significativa de informações e ideias que só têm a cooperar para o desenvolvimento de seus leitores.

Partindo da relevância que esta literatura desempenha, o presente trabalho traz conceitos sobre a importância dessa literatura no espaço escolar e suas contribuições para o ensino. Como instrumento metodológico, empregamos neste artigo a pesquisa bibliográfica. O referido estudo está dividido em duas seções. Primeiramente versaremos sobre características da literatura indígena, em seguida seu uso e benefício na sala de aula.

O trabalho tem por objetivo identificar como trabalhar a literatura indígena em sala de aula. A metodologia de revisão bibliográfica aborda a Lei n. 11.645/2008, o conceito de literatura indígena, a visão da literatura dos escritores indígenas e, ainda, estratégias metodológicas de inserir esse conteúdo em sala de aula, tendo como referência a obra literária *Como surgiu: mitos indígenas brasileiros*, de Daniel Munduruku.

2. BIOGRAFIA DE DANIEL MUNDURUKU

Daniel Munduruku é graduado em Filosofia, História e Psicologia, e é especialista em Antropologia Social na USP. Nasceu em Belém, Estado do Pará, filho do povo indígena Munduruku. Doutor em educação com diversas premiações, dentre elas o prêmio literário mais importante do Brasil, o Jabuti, Munduruku constantemente fala da apropriação da escrita como ferramenta de visibilidade e estratégia, e se coloca como porta-voz das causas indígenas por meio das representações dos povos indígenas partindo de diversas memórias.

O autor esteve em diversos países da Europa, em apresentações e provendo oficinas culturais para crianças. Possui, entre seus livros: *A palavra do grande chefe; O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira; como surgiu: mitos indígenas brasileiros; parece que foi ontem; Sabedoria das águas; Histórias de índio; Coisas de índio e as serpentes que roubaram a noite*, estes dois reconhecidos como livros amplamente aconselháveis pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Outro livro do autor que recebeu destaque foi *meu avô Apolinário*, selecionado pela Unesco para menção honrosa no prêmio Literatura para Crianças e Jovens na Questão da Tolerância.

3. LEI Nº 11.645/08 – HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA

A Lei nº 11.645 de 2008 trata da importância do ensino das Histórias e culturas africanas, indígenas e afro-brasileiras nas escolas, tornando obrigatório o ensino da história e da cultura indígena nas escolas, tanto públicas como privadas, na Educação básica, sendo,

pois, um passo relevante nas relações inter-raciais. A lei surgiu após diversas manifestações para que no ambiente escolar as vozes dos indígenas fossem ouvidas, e suas histórias contadas a partir de suas perspectivas, visto que o país possui 305 etnias indígenas e cerca de 274 línguas faladas (IBGE, 2010).

Sabe-se, segundo Jekupé (2015, p. 12), que é “indiscutível a contribuição dos povos indígenas na construção de uma sociedade plural e democrática”. Nesse sentido, o autor ressalta que a literatura indígena retrata uma descontinuidade dos paradigmas e influências da colônia, já que no ambiente escolar ainda prevalece a ação e o pensamento dos professores relacionados a crenças e valores europeus, menosprezando-se a pluralidade linguística, os saberes, a diversidade, a cultura, a religiosidade e espiritualidade dos povos indígenas.

Mesmo a Lei nº 11.645/08 representando um progresso na observação da cultura indígena, sua história e cultura ainda são disseminadas aos estudantes de maneira descontextualizada, ignorando-se a diversidade existente entre essas sociedades (FUNARI, PINON, 2018).

Segundo Almeida (2010, p. 3), “praticar a leitura de autores indígenas pode favorecer um currículo escolar desmitificando a herança cultural que está inserida nos

curriculares escolares atualmente”. Vale ressaltar que parte dos professores desconhecem a cultura indígena. Já na visão de Graça Graúna (2014), “a literatura indígena sempre esteve presente na sociedade”. Presente em festas e rituais, na pintura corporal, no refinamento e beleza das vestimentas, portanto, a pluralidade de visões desses valores e do modo de organização desses povos é transmitida de geração para geração e a literatura contribui para isso. Dessa forma, introduzir a literatura indígena em sala de aula promove o contato com saberes milenares, muitas vezes subjugados pelos europeus e negar essa literatura é mutilar nossa humanidade.

Massoni (2017) destaca que introduzir a narrativa homogênea oculta os diversos grupos sociais, inclusive as sociedades indígenas, na busca por construir uma memória “oficial”. Mignolo (2005, p. 4), nesse sentido, resalta ainda que, “ao conduzir a literatura indígena em sala de aula, partindo do pressuposto da obrigatoriedade inserida na Lei n. 11.645/08, abre-se o campo para nova compreensão do mundo, apagadas pelo preconceito”. Preconceito esse vigente até os tempos atuais, em um histórico de estigmatização desde o encontro com a cultura Europeia. Dorrico (2019, p.18), ainda, lembra que a cultura e os conhecimentos indígenas são estudados superficialmente: “a cultura dos povos indígenas vem sendo tratada com desdém, raras são as pessoas que conhecem a ancestralidade presente na cultura indígena, essencial para o surgimento do Brasil”. Nesse sentido, a literatura indígena pode ser uma ferramenta essencial para representar o universo do conhecimento, rompendo o domínio do pensamento colonial do currículo escolar.

Munduruku (2017, p. 120) lembra ainda que, “a literatura indígena abrange mais que texto escrito, mas manifestações culturais como canto, a dança, as preces, o grafismo, as narrativas tradicionais, ou seja, tudo que abarca seu ambiente natural”. Muitos pesquisadores buscam por meio de levantamentos em tribos de várias etnias o conhecimento dessas crenças e das narrativas para corroborar com a escrita.

4. A LITERATURA INDÍGENA

De acordo com Esbell (2019), a literatura indígena escrita no Brasil teve seu desenvolvimento e divulgação acentuados nos anos 1990, ou seja, é uma arte moderna. A visibilidade da literatura indígena, como já exposto, teve seu reconhecimento a partir de movimentos ativistas e militância das minorias e, dessa proposta, surgiu uma visibilidade de que os povos indígenas procuraram na escrita uma voz por justiça, para

que sua cultura e costumes não fossem esquecidos, sendo passado de geração em geração.

A presença dessa literatura indica que o Brasil é um país diversificado, pois possui várias etnias, crenças e culturas. Tem, ainda, uma ampla heterogeneidade, com várias manifestações literárias que representam o modo de vida de quem habita os vários lugares, cada lugar com sua própria literatura. Disso advém seu caráter emancipador. Cadernatori (2010, p. 16) aponta que “a literatura se identifica, a cada obra, pelos novos conceitos que instigam uma desordem do que já foi estabelecido, oferecendo elementos que podem anular a manipulação do indivíduo pela sociedade”. Ela é agradável, promove a reflexão do leitor e, ainda, traz um diálogo interdisciplinar de conhecimentos.

Nesse argumento, é preciso uma revisão no currículo escolar para que a literatura indígena seja trabalhada em sala de aula, pois representa as lutas e tradições de um povo e a pluralidade cultural que pode contribuir para o conhecimento de histórias passadas e confirmar um dos objetivos propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que é “valorizar as múltiplas culturas presentes na carta magna do Brasil como nação, e reconhecer sua contribuição no processo composição da identidade brasileira” (BRASIL, 1997, p. 4). Também é relevante resgatar a história dos primeiros habitantes do território brasileiro, que muitos colaboraram para a cultura contemporânea do país. Os saberes e a cultura tradicional são de grande acuidade na formação da sociedade brasileira e a relação com esses povos pode suscitar um resgate do conhecimento que detêm.

Ainda vale ressaltar que por meio das normas estabelecidas pelos parâmetros curriculares é que os educadores observam, aprimoram, analisam e constroem os seus planos de ensino, normalmente, adaptados à realidade escolar, ao perfil dos estudantes, aos conteúdos exigidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), à parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e outros (BRASIL, 1988). Em cada unidade há três capítulos, divididos em seções e subseções, com linearidade referente aos eixos estipulados pela BNCC: primeiro capítulo - eixos de leitura e produção de texto, segundo - leitura e escrita de textos literários e terceiro - análise linguística/semiótica.

Thiél (2012, p. 92) relata que “os textos indígenas têm no índio um agente e não apenas um referente”. É importante notar isso pois essa literatura nos mostra o índio como sujeito. Isto significa refletir que a produção de obras que abordam a literatura

indígena por autores não indígenas quase sempre é de autores miscigenados, e que existe um indianismo literário. Como exemplo dessa miscigenação podemos citar romances indianistas de José de Alencar e os textos de Caramuru e a Carta de Caminha. Ou seja, os textos são principalmente para não indígenas. Eles são pensados e escritos a partir de padrões e elementos alheios aos povos indígenas.

Franca e Silveira (2014, p. 24) corroboram com Thiél quando afirmam que “os textos indígenas devem ser interpretados em seu contexto cultural”. Assim, para que a literatura abranja a sala de aula, é necessário que os professores, alunos e leitores tenham uma referência para interpretação em seu contexto cultural, por meio do conhecimento dos valores, crenças e culturas indígenas.

Nesse contexto, é comum os professores não encontrarem matérias que abordem a temática indígena nas escolas, isso ocorre devido ao fato de a literatura indígena não estar inserida no planejamento educacional de diversas escolas. Deve-se tratar essa cultura indígena não apenas na literatura, mas abranger outras disciplinas, como geografia, demonstrando o contexto espacial, e história, discutindo-se desde os primeiros encontros entre indígenas e colonizadores até a atualidade, ressaltando as culturas, crenças, os valores dos indígenas e principalmente os processos de apagamento de sua cultura. Além disso, a exposição da cultura indígena dialoga com as preocupações ambientais contemporâneas, apontando a relevância de viver de forma sustentável e, portanto, empregar práticas conservacionistas e comunicar para as futuras gerações o conhecimento obtido por esses povos no sentido de uma vida mais harmônica com o mundo.

Na literatura indígena, o autor é um autor-criador, normalmente representante de sua tribo e vetor de uma produção coletiva. “O texto indígena é escrito não somente por duas mãos, mas por centenas de vozes” (THIEL, 2012, p. 99). Essas vozes narraram até o momento que a voz se transforma em letra e imagem, e o sonho em realidade, um sonho partilhado, não solitário, que abrange a natureza e sua criação. Essas narrativas são sempre embasadas nas histórias dos ancestrais das diversas etnias.

5. A VISÃO DA LITERATURA DOS ESCRITORES INDÍGENAS

Há na literatura indígena diversos autores conceituados, alguns já citado anteriormente, dentre eles Daniel Munduruku, Roni Wasiry Guará, Graça Graúna, Eliane Potiguar, Yaguarê Yamã, Umúsin Panlõn Kumu, Ailton Krenak, Tolamã

Kenhíri, Jecupé, entre outros, autores esses que representam os costumes, crenças, mitos de seu grupo étnico. Dessa forma, é relevante que os alunos possam pensar na diversidade cultural e literária que há no Brasil e, através da leitura, aguçar a imaginação e a busca por novas fontes de conhecimento, que podem contribuir para um olhar crítico sobre diversos temas de nossa sociedade (JECUPÉ, 2015, p. 22). Assim, reafirmamos o pensamento de Graúna (2014, p. 12): “a educação para a cidadania elenca o respeito pelo desenvolvimento do pensamento crítico e pela diversidade, e a leitura indígena contribui para esses fatos”.

Diversos textos de não-indígenas trazem a representação desses povos tradicionais carregada de preconceitos, de acordo com o contexto e visão etnocêntrica de quem os escreveu, explica a mestra em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) Maria Célia Gomes de Souza. “Já a produção literária indígena possibilita pensar sobre temas como identidade, memória, ancestralidade, humanidade, respeito à natureza e reconhecimento da importância dos povos indígenas para a construção da história do Brasil”, lista a pesquisadora, que é autora da dissertação “A (in) visibilidade da literatura indígena em materiais didáticos” (SOUZA, 2022).

Há uma ampla quantidade de leituras indígenas que podem ser empregadas em atividades em sala de aula e as mesmas podem ser escolhidas por abordagens de conteúdo, temas, ilustração, faixa etária e, ainda, linguagem. Jucupé (2015, p.19) ressalta que “devemos utilizar a arma dos brancos ao nosso favor, a escrita”. Já Munduruku (2011, p.123) ressalta que, com a publicação da literatura indígena, os povos podem expor a sua escrita sobre seu povo e sua terra, religião, e apresentar sua cultura para todos os brasileiros. Enfatiza ainda o lugar menor da escrita para a maioria dos povos indígenas de tradição oral que moram no país desde sempre e são detentores de conhecimentos aprendidos com seus ancestrais e sempre priorizaram a oralidade, a fala como transmissão de todos os seus costumes e tradição para as novas gerações, exercitando, assim, a memória.

Os autores indígenas escrevem pela sua história de vida, seus anseios, suas frustrações, seus antepassados, ou seja, querem contar sua história, para suprir as lacunas da colonização com coragem e determinação, visto que sua escrita por muito tempo foi negligenciada e marginalizada. Graúna (2014, p.19) afirma que “os direitos dos povos indígenas de escrever seu amor à terra, de sua organização social, sua língua, seus costumes e crenças não foram considerados de verdade”.

Vera Candau (2008) lembra que conhecer a literatura indígena é importante

em um país como o Brasil para enriquecer o arcabouço cultural dos estudantes, abrindo espaço para a construção da interculturalidade. A adversidade na promoção de situações para possibilitar o reconhecimento entre as visões e estilos, portanto, necessita ser integrada com outros, sem estereótipos e sem caricaturas.

Cagliari (2017, p.10) ressalta que é necessário reconstruir uma visão do diálogo intercultural, enfrentando os desafios e conflitos. É importante realizar o diálogo entre culturas, sem estereótipos ou caricaturas, respeitando a visão do outro, enfatizando-se que a literatura indígena precisa estar presente, pautada na ancestralidade e na oralidade.

Esbell (2019) acredita que a leitura pode ser transmitida de forma que os estudantes possam, através da leitura e da imaginação, viajar o mundo. Cagliari (2017) relata que a leitura pode ser considerada uma fonte de satisfação pessoal, de realização e conquista, servindo de motivação e estímulo para que o aluno goste de estudar e da escola. A partir dessa concepção, percebe-se que é relevante valorizar a leitura na formação dos alunos, demonstrando que a mesma pode ser prazerosa.

Aguiar (2019) destaca que a literatura indígena necessita que o professor procure diversas possibilidades de abordagem, empregando o campo da magia, do sonho, da fantasia e do material da cultura indígena, além da interação entre o leitor e o texto. Lembra que nas narrativas indígenas estão presentes rios, lendas, mitos, demônios da floresta, desenvolvendo a sensibilidade e afetividade, criando uma interação entre o homem e o livro. No mesmo sentido, Martins (2014) lembra que empregar a fantasia na literatura compreende um recurso de apropriação do texto ao leitor, assimilando a vida pelo viés do imaginário, transfigurando a realidade pela imaginação. O livro coloca o aluno em contato com o mundo, possibilitando compreender o melhor e a ele se adaptar. Os autores indígenas afirmam que a literatura indígena proporciona a vivência de distintas emoções induzida pela natureza de seu conteúdo, e, assim, o leitor pode compartilhar de várias experiências literárias contribuindo para proporcionar respostas ao entendimento de múltiplas temáticas envolvendo a natureza humana, do poder de criação e da imaginação.

Para que a leitura literária de literaturas indígenas ocorra de forma fecunda nas escolas, deve haver uma articulação entre instituição, professores e alunos. Thiél (2012) afirma que apenas com exercício do docente em sala de aula não é suficiente para aperfeiçoar a leitura, é preciso que os próprios estudantes tomem iniciativa, é necessário que eles percebam que as narrativas elencam histórias dos ancestrais de etnias, abordam

sobre a arte de criar e contar as histórias e que são, em resumo, uma contribuição para a cultura literária brasileira.

6. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DE INSERIR ESSE CONTEÚDO EM SALA DE AULA

Daniel Munduruku é um dos precursores na divulgação da literatura e da causa indígena, e um dos autores mais renomados no Brasil, especialmente no âmbito da literatura juvenil. O autor surgiu para derrubar barreiras e delinear novo itinerário de sucesso do povo indígena Munduruku (DORRICO, 2019). Com já citado anteriormente, o autor já recebeu destaque em diversos prêmios, como Jabuti, Érico Vanucci Mendes, Madanjeet Singh, Fundação Bunge, entre outros. Destacamos, ainda, o seu livro *Curumim*, que buscou a promoção do ensino da cultura indígena em sala de aula, direcionado para docentes da educação básica domiciliados no Brasil.

Vemos em Daniel Munduruku um compromisso também com a educação, quando o autor enfatiza que, a partir da sanção da lei, os docentes ainda não possuem conhecimentos, repetindo o que aprendem e são padecedores de um sistema que sempre excluiu os indígenas. Munduruku (2019, p.55) mostra que o “objetivo da cultura indígena é sair do aspecto comemorativo e possua um viés pedagógico e a literatura indígena como metodologia no processo de construção da identidade brasileira”.

Nesse sentido, o trabalho buscou analisar de que forma se pode inserir a literatura indígena em sala de aula, na disciplina de Língua Portuguesa para alunos do 1º ano do ensino médio. O foco deste trabalho é o Ensino Médio, pois acreditamos que nesta faixa etária, compreendida em média dos 15 aos 18 anos de idade, o jovem já tem maturidade para entender a relação entre grupos e classes na sociedade; conhece, compactua ou sofre os pré-conceitos e preconceitos; é capaz de analisar criticamente o que lê ou o que escreve; está apto a formular sua opinião e/ou contestar outras, comparar informações, contextualizar conhecimentos. Trabalhar a temática indígena em sala de aula não é fácil, trata-se de uma questão mais abrangente e complexa, portanto o trabalho pretende apenas abordar sugestões de como pensar a temática indígena no dia-a-dia escolar.

Para isso, faremos a leitura de *Como surgiu: mitos indígenas brasileiros*. É um livro cheio de narrativas de fantasia, sabedoria e surpresas, além de explicações sobre aspectos das culturas indígenas. Os mitos contam histórias dos Apinajés, Tembés e

Caiapós, mostrando a diversidade das culturas indígenas. Os primeiros explicam a origem do milho, os Tembés dizem como surgiu a mandioca e os Caiapós falam do fogo. Thiél (2012, p.100) afirma que trabalhar a literatura indígena na escola promove conhecimento da cidadania, da diversidade, auxilia a compreender o diferente, o outro.

No livro escolhido o autor destaca três contos de mitos indígenas brasileiros, a visão de cada povo indígena, como surgiram, e vai narrando como surgiu a mandioca, o milho e o fogo. Nas três narrativas, os textos foram apresentados de maneira simples e de fácil leitura. Os mitos são tratados como narrativas partindo da oralidade, das memórias de longos anos passados de geração em geração, mantendo as tradições indígenas.

Mircea Eliade (2010) conceitua mito como um fato ocorrido no tempo primordial, ou seja, narra a façanha de entes sobrenaturais, um fragmento do comportamento humano em uma realidade que passou a existir em uma realidade total. Dessa forma, quando o povo retrata o mito, conta a sua história e ancestralidade, sua identidade passada por gerações, mantendo o mito como um arquivo vivo.

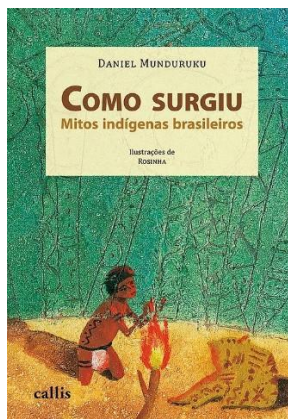
Logo depois da análise da obra de Daniel Munduruku, foram listadas algumas sugestões para o emprego do livro em sala de aula. O desafio e a dificuldade de trabalhar literatura indígena em sala de aula é notória, é necessário incentivar o estudante a ter novas experiências, e aos poucos pode-se levar essa cultura para a escola. No início, pode-se trabalhar os gêneros textuais, classificações e colocações. É a fase de tipologia textual. Após essa fase, faz-se questões sobre o que foi explanado no livro trazendo temas de como surgiram os mitos para o povo indígena, relacionando as distinções entre o mito para os índios e não indígenas.

O livro é excelente para usar no trabalho sobre temáticas relativas à cultura indígena, no livro a sugestão é desenvolver uma aula com foco na oralidade dos povos indígenas que evidencia muito e acrescenta mais conhecimento para os estudantes. No livro há uma série de notas informativas sobre a situação atual dos povos indígenas e sua cultura. Em um primeiro momento, o professor pode dividir a turma em grupos e atribuir a cada grupo um conto sobre o povo indígena do Brasil e pesquisar no seu contexto, cultura, crenças e mitos. E, após a pesquisa e a leitura, os alunos podem criar apresentações de slides, cartazes ou até mesmo uma exposição na escola para compartilhar suas descobertas com os colegas.

A forma de trabalhar os mitos em sala de aula pode se iniciar com o exercício da leitura dos mitos. O mito do milho é do povo Apinajé. Contam os velhos Apinajés

que em um tempo muito antigo não existia o milho no meio de sua gente. E sua origem surgiu quando um homem, muito moço ainda ficou viúvo, sua tristeza foi tão grande, que resolveu deixar o cabelo crescer e decidiu dormir somente nas moitas do lado de fora de casa, em um dessas noites, ele viu uma estrela muito bonita que lhe chamou a atenção e desejou que ela descesse e ficasse ao seu lado para lhe confortar. Fechou os olhos e quando os abriu a estrela não estava mais lá. Adormeceu. Acordou com um barulho e quando viu era uma rã, rapidamente jogou-a para longe. Novamente a rã, apareceu e ele tornou a espanta-la. A rã decidiu tomar a forma de uma mulher, muito bonita e deitou-se ao lado do moço. Ele acordou e ficou muito admirado com a beleza da moço e perguntou de onde ela surgiu. Ela disse que veio do céu e que era a rã que ele espantou. O moço tomou a estrela em seu braços. Todas as noites perto do amanhecer ela teria que voltar para o céu. A moça chamava-se Candiê-Cuéi, Candiê quer dizer estrela e Cuéi, feminina. Com o passar dos dias, o rapaz resolveu casar com a estrela e torna-la pública. Um dia, quando tomava banho no rio com sua sogra, transformou-se em um gambá, e a sogra espantou por três vezes. Após retomar a forma feminina, a moça mostrou uma árvore imensa para a sogra e disse que deviam comer somente as espigas de milho da árvore. Ensinou a fazer guloseimas de milho. Todos na aldeia adoraram as delícias e resolveram cortar a árvore. Porém, nunca conseguiam. Pediram para dois Curumins, “meninos” da aldeia para buscarem um machado maior na aldeia, no caminho encontraram um gambá, o mataram e comeram. Os apinajés proibiram matar gambá, e assim os meninos envelheceram na mesma hora. Após um ancião da aldeia tratar os velhos, os mesmos voltaram a ser meninos. E assim, de posse de um machado maior, os homens conseguiram derrubar a árvore. Candiê-Cuéi aconselhou os homens da aldeia e criarem um roça e plantarem milho, que passou a ser o alimento dos apinajés a partir daquele momento. Com o passar dos anos, o viúvo envelheceu e morreu e a estrela resolveu retornar para o céu e olhar para os povos apinajés de lá.

Figura 1 – Capa do livro



Fonte: <https://doceru.com/doc/e5v8vs5>

A obra traz diversas histórias de mitos que narram o aparecimento de elementos fundamentais para a cultura dos índios. Podemos levantar as seguintes perguntas: você sabia que o milho surgiu do amor de um índio Apinajé recém-viúvo por uma estrela? Ou que a primeira mandioca foi plantada por um pajé da tribo Tembê? Sabia que o fogo foi levado aos índios por uma onça, que, segundo a lenda, adotou um ‘curumim’ da tribo Caiapó como filho? Após a leitura dos mitos, os alunos podem fazer a interpretação do texto, levantar algumas perguntas de ambientação, apresentar a temática, a capa do livro, edição e ano, anotarem as palavras que não conhecem, como “Candiê”, “Cuêi”, “Curumins”, e buscarem o significado. Pode-se apresentar algumas palavras e verificar os aspectos gramaticais das mesmas. Pode-se trabalhar com a diversidade da língua indígena, visto que a narrativa possui um rico vocabulário, com infinitas variedades linguísticas apresentadas ao longo do texto e categorizar as mesmas.

No mito da mandioca, da tribo Tembê relata que, de acordo com a história, a filha do cacique de uma tribo havia engravidado, e seu pai muito furioso, queria saber de quem era o bebê que ela estava esperando. A índia afirmava que não sabia como tal fato teria acontecido, pois não tinha se entregado para nenhum homem. O cacique não acreditou na filha. Certa noite, o chefe da tribo sonhou que alguém lhe dizia para acreditar em sua filha pois ela contava a verdade. A partir deste momento, o cacique passou a aceitar a gravidez da filha e a esperar ansioso pela chegada da neta. A menina era muito bonita, tinha a pele branca e se chamava Mani. Trazia muita alegria para a aldeia pois era uma criança muito feliz e querida. Durante uma manhã, Mani foi encontrada sem vida pela sua mãe. Com muita tristeza, o povo enterrou a menina dentro

da própria oca. A terra ficava umedecida com tantas lágrimas, e depois de alguns dias, nasceu uma planta diferente no mesmo local onde o corpo havia sido enterrado. A planta não era conhecida pela aldeia. Perceberam que ela tinha uma raiz escura e por dentro era toda branca. Em homenagem a filha, ela colocou o nome de Mandioca, uma junção de Mani (nome da criança) e Oca (local onde foi enterrada), que com o passar dos anos o nome tornou-se mandioca. Os índios passaram a utilizar a raiz da planta para fazer farinha e uma bebida chamada *cauim*.

Outra forma de trabalhar no livro é propor uma análise e levantar questões sobre a influência dos idiomas nativos em nosso cotidiano, especialmente os de origem guarani e tupi, e que fazem parte da formação da língua portuguesa, dessa forma pode-se trabalhar na formação de palavras. Assim, pode-se verificar a influência da língua nativa que faz parte do nosso dia-a-dia e da formação da língua portuguesa falada no Brasil. Escrevendo seus mitos, os índios assumem justamente sua dimensão estética, entendida como vontade de fazer obra de arte.

No mito do fogo, do povo Caiapó, contam os povos caiapós eu um jovem achou um ninho de araras com dois filhotes em cima de uma árvore, e pediu para seu cunhado subir e pegá-los. Porém, quando o jovem ia fazer o que lhe foi pedido, as araras adultas começaram a atacar e ele desistiu. O outro, com raiva, tirou a árvore do paredão e deixou o jovem lá em cima. O mesmo ficou por cinco dias, com sede e com fome. Aí começou a cantar “He pindnyô, padko” (oh, cunhado, beber). Uma onça passou e vendo aquela cena, pediu um dos filhotes para comer, o jovem com medo, jogou um filhote. Após comer, a onça perguntou se havia só um, ele disse que não e jogou o outro. A onça pediu para ele descer, com receio, mas com sede ele desceu. A onça disse que não precisava ter medo, deu-lhe água e comida. E pediu para adotá-lo já que não tinha filhos. Levou-o para sua casa e apresentou-lhe o fogo. Lá ele comeu carne assada, aqueceu do frio e foi ficando. Quando a mulher da onça chegou, falou que iria matá-lo, ele contou ao novo pai, ela disse que era brincadeira e que não faria mais isso, só que continuou a repetir. Um dia, ao mostrar as garras para o menino, o jovem acertou a onça fêmea com uma flecha, matando-a. Quando o pai chegou, entendeu o porquê o garoto fez isso e o liberou para voltar aos seus parentes. No caminho, o jovem conheceu o demônio da floresta, Me-galô-kanduré. Quando retornou aos seus parentes, contou suas aventuras e como assar comida e aquecer do frio com o fogo que a onça havia lhe ensinado. Por isso os caiapós tornaram-se possuidores do fogo.

A roda da leitura é outra forma de trabalhar o livro, realizar a dramatização dos

mitos utilizando a teatralidade, pesquisar receitas culinárias com o alimento básico, mandioca e milho, elencados na obra. Podemos trabalhar, também em equipe, na caracterização do fogo, tratado no terceiro mito. Ainda, podemos ensinar a acender, na maneira indígena, por meio de pedras e sem utilização de fósforos. E na avaliação, das oficinas, por meio da roda de leitura, verificar o que foi notado de diferente, entre os mitos indígenas e a realidade.

Assim, com essas sugestões didáticas, pode-se incluir a literatura indígena em sala de aula. Porém, é necessário sempre ter em mente e compreender as adversidades para a inclusão da literatura indígena em sala de aula da educação básica, tendo como obstáculo, a presença da colonialidade nos currículos escolares e no processo de formação dos professores.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura indígena é uma representação de identidade com a finalidade de romper os estereótipos em sala de aula e auxiliar na formação leitora dos estudantes, e deve ser trabalhada de maneira distinta nas escolas. Os professores da área de literatura precisam trabalhar dia a dia com os vários tipos de literatura, pois é por meio dela que o estudante sente, convive e descobre emoções que nem sempre podem ser experimentadas na realidade. Trabalhar com a literatura indígena como metodologia pedagógica permite diálogos interdisciplinares que favorecem o repertório de conhecimento do aluno, instigando a curiosidade e o senso crítico.

Trabalhar os textos de autores indígenas em sala de aula possibilita, especificamente, a descolonização do currículo escolar e do pensamento nos alunos, assim, com esses conhecimentos, os estudantes poderão aprender sobre a diversidade de etnias presentes no Brasil. Ao especificar as possibilidades e novas formas de empregar a literatura indígena nas salas de aula, na disciplina de Língua Portuguesa do 1º ano do ensino médio, com o objetivo de demonstrar a importância da construção da interculturalidade, da construção de um diálogo com culturas distintas e aceitação da cultura do outro, percebe-se, ainda, uma negação por parte dos docentes, que pode vir da falta de ferramentas de apoio, como livros literários e didáticos.

Como foi sugerido no estudo, existem diversas alternativas metodológicas para inserção de literatura dos mitos indígenas nas aulas, por meio de formação de palavras, dramatização, gêneros textuais e criação de texto com temas mitológicos,

desde que seja reconhecida a riqueza étnico-racial de nossa sociedade.

Quando nos condicionamos a ler uma obra indígena significa que nos posicionamos para abrir os olhos para saberes de povos tradicionais, decifrando códigos, com um alicerce de conhecimentos produzidos ao longo dos anos. Reconhecer o valor da literatura indígena indica desvendar novos conhecimentos e valores no campo da literatura brasileira.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira de. (Org.) **Era uma vez... na escola: formando educadores para formar leitores**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2019.

ALMEIDA, M. Regina Celestino de. Quando é preciso ser índio: identidade étnica como força política nas aldeias do Rio de Janeiro. In: REIS, Daniel A. et al. (Org.). **Tradições e modernidades**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade cultural**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1988

_____. **Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008**. Brasília, 2008.

CADERMATORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. 2.ed. – São Paulo: Brasiliense, 2010. CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Spicione, 2017.

CANDAU, Vera Maria; **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas** / Antônio Flávio Moreira, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DORRICO, Julie. **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora. Educação & Realidade, 2019.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ESBELL, Jaider. **Tardes de agosto, manhãs de setembro, noites de outubro**. Boa Vista: Edição do Autor, 2019.

FRANCA, Aline; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **TransInformação**, Campinas, jan/abr, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios**

para os professores. São Paulo, 2018

GRAÚNA, Graça. Literatura: Diversidade Étnica e outras Questões Indígenas. **Revista Todas as Musas**, núm. 02, 2014. P

IBGE. **Censo de 2010. Estudos especiais: O Brasil indígena.**
Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 abr 2023

JEKUPE, Olívio. Literatura Nativa. In. Julie Dorrico, Leno Francisco Danner, Heloisa Helena Siqueira Correia e Fernando Danner (Orgs.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Criação, Crítica e Recepção**. 2015. Porto Alegre, RS: Editora Fi, pp 45-50.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

MASSONI, L.F.H. A história oral e as memórias dos excluídos na escrita do conhecimento. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p. 36-41, TRI IV 2017. ISSN 2525-3824.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileira**. São Paulo. Paulinas, 2012.

_____. **Mundurukando: sobrevivências, piolhos e afetos roda de conversa com educadores**. São Paulo: UK'A Editorial. 2017.

MUNDURUKU, D. **Como surgiu: mitos indígenas brasileiros**. São Paulo: Callis Ed., 2011

SOUZA, Maria Célia Gomes de. **A (in) visibilidade da literatura indígena em materiais didáticos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional, TO, 2022.

THIÉL, Janice Cristine. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, 2012.